



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

ATA DA 18ª (DÉCIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 24(*vinte e quatro*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 18ª (*décima oitava*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradvohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Helena Lúcia Bandeira Farias. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros sobre a aprovação dos quesitos formulados pela Conselheira Dalcília Bruno Soares para os pedidos de perícia referentes aos Processos nº 1/0383/2019, 1/0384/2019, 1/0300/2019, 1/0001/2019 da 17ª Sessão Ordinária Virtual do dia 23/09/2020, sendo estes aprovados por todos. Passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº1/0305/2018 – Auto de Infração: 1/201719994. Recorrente: PRISMA DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: **1.** A empresa na sua manifestação oral retirou as preliminares de nulidade e o pedido de perícia. **No mérito**, decide por maioria de votos pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da acusação fiscal, aplicando a penalidade do art. 123, VIII, "L" da Lei nº12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº16.258/2017, nos termos do voto do Conselheiro Relator Fernando Augusto de Melo Falcão, parecer da Assessoria Processual Tributária e manifestação oral em sessão do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Votou contra a decisão a Conselheira Dalcília Bruno Soares, manifestando-se pela total Procedência da autuação, nos moldes da acusação fiscal. Esteve presente para sustentação oral o representante legal da autuada o Dr. José Erinaldo Dantas Filho. **Processo de Recurso nº 1/0304/2018 – Auto de Infração: 1/201719990. Recorrente: PRISMA DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA. Recorrido:**

CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relatora: Conselheira FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍDIO. Decisão: A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1.** A empresa na sua manifestação retirou as preliminares de nulidade e o pedido de perícia. **No mérito**, decide, por maioria de votos, pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da acusação fiscal, aplicando a penalidade o art. 123, VIII, "L", da Lei nº12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº16.258/2017, nos termos do voto da Conselheira Relatora Francileite Cavalcante Furtado Remígio, parecer da Assessoria Processual Tributária e manifestação oral em sessão do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. A Conselheira Dalcília Bruno Soares votou pela Procedência, com aplicação da penalidade do art.123, III, g, com redação da Lei nº16.258/2017, por entender que ela se adequa ao objeto e aos fatos relatados no Auto de Infração, não identifica referência à omissão ou divergência de informações nos autos, por isso, não tem dúvidas no plano factual e legislativo que justifique aplicar critérios de ponderação para afastar norma específica, com fundamento no art. 37 caput da Constituição Federal; art. 489, §2º, 492 da Lei nº13.105/2015, art. 2º, § 1º, §2º do Decreto nº9.830/2019. O Conselheiro Michel André Bezerra Lima Gradvohl ressalva o entendimento particular em favor da aplicação do art. 123, III, "g", da Lei nº12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, mas, em atenção ao princípio da colegialidade, vota conforme entendimento consolidado desta 4ª Câmara, pela aplicação da penalidade prevista no art. 123, VIII, "L", da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017. Esteve presente para sustentação oral o representante legal da autuada o Dr. José Erinaldo Dantas Filho. **Processo de Recurso nº 1/2319/2017 – Auto de Infração: 1/201627650. Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA Recorrido: ARAÚJO CABRAL & ALVES LTDA. Relator: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, para deliberar sobre: **1. No mérito**, decide, por maioria de votos, pela IMPROCEDÊNCIA da acusação fiscal, por entender que não existe vedação legal quanto à emissão de nota fiscal modelo NF1 para pessoa jurídica não contribuinte ou pessoa física, em conformidade com a manifestação oral em sessão da douta Procuradoria Geral do Estado. Votaram contrário a decisão e favorável a Extinção nos termos do julgamento singular o Conselheiro Relator e a Conselheira Francileite Cavalcante Furtado Remígio. Ficando designado para lavrar a Resolução o Conselheiro Fernando Augusto de Melo Falcão por ser o primeiro voto discordante e vencedor. **Processo de Recurso nº 1/2436/2018 – Auto de Infração: 1/201804868 Recorrente: NEGREIROS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relator: Conselheiro MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões: **1. No mérito**, decide, por maioria de votos, pela IMPROCEDÊNCIA da acusação fiscal, por entender que restou descaracterizada a falta de recolhimento do ICMS regime mensal de apuração, face à constatação de que houve pagamento em duplicidade, que foi considerado como quitação do imposto no período apontado no auto de infração, decisão contrária ao parecer da Assessoria Processual Tributário, mas de acordo com manifestação oral em sessão da douta Procuradoria Geral do Estado. Votaram contrário a decisão e favorável a Procedência os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradvohl, que votou pela aplicação do art.763, §6º, do Decreto 24.569/1997, e Dalcília Bruno Soares, justificando que a compensação de pagamento ou créditos da empresa não está dentre as competências do CONAT previstas no art. 2º da Lei nº15.614/2014, que se restringe às exigências de tributo decorrentes de auto de infração. Ficando designado para lavrar a Resolução o Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque por ser o primeiro voto discordante e vencedor. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Helena Lúcia Bandeira Farias, Secretária da 4ª Câmara,

lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Helena Lúcia Bandeira Farias
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA